IBGE confirma malogro do ensino público

Pesquisa revela piora em quase todos os indicadores de qualidade; mais de 32 milhões de crianças vivem abaixo da linha de pobreza

CHICO OTÁVIO

RIO — O ensino público no Brasil vive um momento dramático. O quarto volume da série de pesquisas Crianças e Adolescentes — Indicadores Sociais, divulgado na sema passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que, de cada mil alunos que ingressam no ciclo básico, apenas 175, ou seja, 22% do total, conseguem concluir a 8º série. Alguns países da América Latina apresentam proporções bem mais altas, como o México (71,4%), o Uruguai (85,9%) e a Venezuela (73,1%).

México (71,4%), o Uruguai (85,9%) e a Venezuela (73,1%).
"É a constatação da falência do ensino", admitiu o ministro da Educação, Eraldo Tinoco.
"Vivemos o pior momento da educação pública no Brasil." A pesquisa do IBGE apresentou resultados desfavoráveis em quase todos os indicadores de qualidade de ensino, como as taxas de repetência, analfabetismo e evasão escolar.

O alto número de perdas de alunos no ciclo básico (1ª a 8ª séries), segundo o IBGE, é conseqüência do efeito combinado das taxas de repetência e evasão. Não se deve pensar, contudo, que as crianças do Brasil são estúpidas e desmotivadas. Para a pesquisadora Maria Dolores Koppel, do Núcleo de Educação do IBGE, as perdas têm relação direta com a pobreza, agravada pela concentração de renda e pela desnutrição.

Linha da pobreza — A pesquisa mostrou que a década de 80 conservou o processo de contínua deterioração na distribuição de renda do brasileiro. Conforme estinativas do IBGE, mais de 32 milhões de crianças vivem abaixo da linha da pobreza, em famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassa meio salario mínimo. A desnutrição, outro obstáculo para o desenvolvimento físico e mental. afeta 15,4% das crianças de zero a cinco anos, quando o esperado para indicar uma população saudável não seria mais de 3%.

Para chegar ao fundo do poco, o ensino brasileiro também recebeu um empurrão do mercado de trabalho. Em 1990, 7,5 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhavam no Brasil, representanto 11,6% da população economicamente ativa. "Quantas dessas crianças não foram obrigadas a abandonar a escola para ingressar precocemente no mercado de trabalho?", indagou Maria Dolores. Ela lembrou ainda o grande número de filhos obrigados a assumir o papel de adultos, em casa, enquanto os pais trabalham.

Evasão — A soma desses fatores impõe um quadro desolador para o ensino público. Desde o início da década de 80, a proporção de alunos afastados durante o transcurso de um ano escolar tem aumentado, chegando a atingir 13% em 1989. As taxas mais altas de evasão escolar nos anos 80 foram observadas nas 1ª e 5ª séries (respectivamente, 26% e 23%). O Nordeste foi o recordista, com uma taxa de evasão de 41%

de evasão de 41%.

Na repetência escolar, o desempenho do Brasil também é um fiasco completo. Aqui, a proporção de repetentes, em torno de 19% no início dos anos 90, é similar à média atingida pelos países mais pobres do mundo, como constatou o IB-GE. Em conseqüência, a distorção entre a série freqüentada e a idade da criança mostra que o atraso escolar é crescente e cumulativo: 80% dos estudantes com mais de 14 anos já repetiram alguma série. No Nordeste essa taxa é de 92%. No Sudeste, atinge 76%.

Apesar do crescimento do grau de escolarização das crianças, um dos poucos dados positivos da pesquisa, o IBGE calculou que a década de 90 começou com cerca de 4 milhões de crianças em idade escolar fora da sala de aula. Ao analisar as taxas de escolarização em países do Terceiro Mundo, Maria Dolores verificou que a situação do Brasil é "drástica" se comparada a nações com renda per capita e distribuição de renda quase tão perversas quanto as nossas.

